ANO V V. 118

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

20/03/2024 A 10/04/2024





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Luiza Rosa Mesquita - Procuradora do Estado e Coordenadora;
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Maria Luiza Vianna Ferreira - Estagiária de Direito; e
Letícia Rocha Castro - Estagiária de Direito.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Luiza Mesquita, Daniela Silva e Rebeca Reitz
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	12
NORMAS MUNICIPAIS	16
NORMA EM DESTAQUE	17
INFORME LEGISLATIVO	21
FIQUE DE OLHO	22
ESTANTE VIRTUAL	23
SEMAS NA MÍDIA	24



ATUALIZADO EM 10/04/2024

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição 118º do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, a publicação do **DECRETO Nº 11.960, DE 21 DE MARÇO DE 2024**, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a **PORTARIA GM/MMA Nº 1.016, DE 18 DE MARÇO DE 2024,** que convoca a V Conferência Nacional do Meio Ambiente e Mudança do Clima - V CNMA, bem como a **PORTARIA SG/PR-CNODS Nº 179, DE 4 DE ABRIL DE 2024**, que aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No que se refere às publicações em âmbito estadual, ressalta-se o **DECRETO Nº 3.818, DE 2 DE ABRIL DE 2024**, que altera o Decreto Estadual 3.606, de 20 de dezembro de 2023, que institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), o **DECRETO Nº 3.835, DE 9 DE ABRIL DE 2024**, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020, que instituiu a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA), e a **INSTRUÇÃO NORMATIVA IDEFLOR-Bio Nº 03, DE 21 DE MARÇO DE 2024**, que estabelece os parâmetros do regime econômico-financeiro dos editais e dos contratos de concessão florestal estadual, define o potencial volumétrico de referência, regulamenta os procedimentos para a cobrança dos preços dos produtos florestais, parcelamento de débitos, atualização de preços e define procedimentos para unificação de preços de contratos em andamento e dá outras providências.

No município, o destaque foi a publicação do **DECRETO N° 109.825 - PMB, DE 11 DE MARÇO DE 2024**, que institui o Comitê Integrado para Gestão de Resíduos Sólidos e Economia Circular.

Na seção “Norma em Destaque”, apresenta-se a divulgação da **PORTARIA GM/MMA N° 1.016, DE 18 DE MARÇO DE 2024**, que convoca a V Conferência Nacional do Meio Ambiente e Mudança do Clima - V CNMA, o **DECRETO Nº 3.792, DE 22 DE MARÇO DE 2024**, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta para viagem nacional ou internacional, e o **DECRETO Nº 3.835, DE 9 DE ABRIL DE 2024**, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020, que instituiu a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA).

Outra ferramenta utilizada neste processo de acesso à informação, pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS, é o "Informe Legislativo", que no período desta edição, comunicou, a publicação de 1 norma ambiental editada pelo NEL.

No "Fique de Olho", sugere-se o **XXI CONGRESSO BRASILEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE**, que ocorrerá nos dias 24, 25 e 26 de abril, no Auditório Nathanael Farias Leitão, com o objetivo de debater metas e prioridades entre membros do Ministério Público que atuam na defesa do meio ambiente, bem como fomentar o engajamento da sociedade civil na defesa dos recursos naturais.

Na “Estante Virtual”, recomenda-se a leitura da obra **DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO: INOVAÇÕES E PERSPECTIVAS**, em que apresenta a pesquisa do tema sob a perspectiva de fundamentos do direito socioambiental e de desafios do direito agroambiental, com o objetivo de contribuir para o debate do Direito Ambiental na região amazônica.

Na seção "SEMAS na Mídia", ressalta-se a matéria: **Visando a COP 30, governador discute parcerias com Universidade da Flórida, nos EUA,** na qual o Governador tratou sobre parcerias, fomento à bioeconomia e troca de conhecimento, tendo em vista a COP em Belém.

Por fim, vale lembrar que o mês de abril é marcado pela campanha **“Abril Azul”**, no qual foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de conscientizar a população sobre o autismo, envolver a comunidade, trazer visibilidade e buscar uma sociedade mais consciente, menos preconceituosa e mais inclusiva. Confira mais informações na **Biblioteca Virtual de Saúde,** do Ministério da Saúde, acessando a área de tema: **Conscientização sobre o Autismo.**

Boa Leitura!

Equipe Nel





MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.828, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para ampliar o âmbito do planejamento e da execução das ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

LEI Nº 14.830, DE 27 DE MARÇO DE 2024. Institui o Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

DECRETO Nº 11.955, DE 19 DE MARÇO DE 2024. Cria a Secretaria Extraordinária para a COP30, aprova o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão.

DECRETO Nº 11.956, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Institui o Plano Juventude Negra Viva e o seu Comitê Gestor.

DECRETO Nº 11.957, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

DECRETO Nº 11.958, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Cria a Reserva Extrativista Viriandeua, localizada nos Municípios de Salinópolis e São João de Pirabas, Estado do Pará.

DECRETO Nº 11.959, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Cria a Reserva Extrativista Filhos do Mangue, localizada nos Municípios de Primavera e Quatipuru, Estado do Pará.

DECRETO Nº 11.960, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

DECRETO Nº 11.961, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Institui o Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira.

DECRETO Nº 11.962, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

DECRETO Nº 11.966, DE 27 DE MARÇO DE 2024. Institui a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

DECRETO Nº 11.977, DE 4 DE ABRIL DE 2024. Altera o Decreto nº 11.451, de 22 de março de 2023, que institui o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

DECRETO Nº 11.983, DE 9 DE ABRIL DE 2024. Institui o Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

RESOLUÇÃO ANA Nº 187, DE 19 DE MARÇO DE 2024. Aprova a Norma de Referência nº 7/2024 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.

RESOLUÇÃO ANA Nº 188, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Define os critérios para obrigatoriedade do automonitoramento do uso da água pelos usuários regularizados em corpos de domínio da União.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO MME Nº 11, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Aprova as Diretrizes para Contratação de Auditoria Independente do Programa de Redução Estrutural de Custos de Geração de Energia na Amazônia Legal e de Navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins - Pró-Amazônia Legal - CGPAL.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a realização do Programa de Avaliação de Conformidade de Produção, de que trata o Artigo 32 da Resolução Conama nº 492, de 20 de dezembro de 2018, e o Artigo 21 da Resolução Conama 493, de 24 de junho de 2019.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 8, DE 25 DE MARÇO DE 2024. Consolida critérios de análise e disciplina sobre o procedimento de pedidos de cessação de efeitos de medidas de embargo de obra ou atividade aplicadas em áreas rurais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 9, DE 25 DE MARÇO DE 2024. Institui a Plataforma de Acompanhamento da Recuperação Ambiental (Recooperar) no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.016, DE 18 DE MARÇO DE 2024. Convoca a V Conferência Nacional do Meio Ambiente e Mudança do Clima - V CNMA.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.018, DE 19 DE MARÇO DE 2024. Estabelece procedimentos para o cadastramento e habilitação de cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR, conforme inciso IV do parágrafo único do art. 40 do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

PORTARIA IBAMA Nº 30, DE 14 DE MARÇO DE 2024. Estabelece as correspondências entre tipologias do licenciamento ambiental do Ibama e as descrições do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

PORTARIA IBAMA Nº 26, DE 7 DE MARÇO DE 2024. Estabelece procedimento interno para tratamento pela Ouvidoria de denúncias referentes à violência de gênero, raça e diversidade no ambiente de trabalho no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

PORTARIA IBAMA Nº 28, DE 11 DE MARÇO DE 2024. Institui o Comitê Permanente de Gênero no âmbito do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

PORTARIA MAPA Nº 662, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Institui a Rede Floresta + Iniciativa Conexão Florestal no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MF Nº 490, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Altera a Portaria MF Nº 26, de 24 de fevereiro de 2023, que institui o Programa "Mulher Cidadã - cidadania fiscal para mulheres".

PORTARIA ICMBIO Nº 667, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Altera a Portaria ICMBio nº 1.270, de 29 de dezembro de 2022, e dá outras providências (processo nº 02070.007360/2022-58).

PORTARIA GM/MPI Nº 92, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Institui o Programa Ancestralidade Viva. Apoio e incentivo à Cultura dos Povos Indígenas.

PORTARIA GM/MPI Nº 93, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Institui o Programa Esporte na Aldeia.

PORTARIA GM/MPI Nº 94, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Institui o Projeto Laboratórios Etnoterritoriais.

PORTARIA GM/MPI Nº 95, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Institui o Programa Aldeia Cidadã.

PORTARIA GM/MPI Nº 96, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Institui o Projeto Tekojoja: semeando a liberdade.

PORTARIA GM/MPI Nº 97, DE 20 DE MARÇO DE 2024. Institui o Programa Mosarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra.

PORTARIA MAPA Nº 665, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Reconhece nacionalmente como livre de febre aftosa sem vacinação os Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal; disciplina o armazenamento, a comercialização e o uso da vacina contra a febre aftosa e disciplina o trânsito de animais vacinados contra a febre aftosa.

PORTARIA MPA Nº 209, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Estabelece o procedimento de atualização cadastral para a concessão de Licença na categoria de Aquicultor e Aquicultora, no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira.

PORTARIA MIDR Nº 952, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ipixuna do Pará-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 953, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Bannach-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 963, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município Pacajá - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MIDR Nº 965, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município Ulianópolis - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MPA Nº 209, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Estabelece o procedimento de atualização cadastral para a concessão de Licença na categoria de Aquicultor e Aquicultora, no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira.

PORTARIA MJSP Nº 641, DE 28 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

PORTARIA MJSP Nº 642, DE 28 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Amazônia Legal.

PORTARIA MDA Nº 4, DE 27 DE MARÇO DE 2024. Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Grupo de Trabalho Ministerial - GTM para atuar no planejamento e representação do Grupo de Trabalho de Agricultura na Presidência Pro Tempore Brasileira - PPTB, no Grupo dos 20.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.020, DE 26 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a publicação dos Apêndices I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, alterados no âmbito da 19ª Conferência das Partes, realizada no Panamá.

PORTARIA ICMBIO Nº 1.003, DE 26 DE MARÇO DE 2024. Modifica a composição do Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Rio Trombetas (Processo nº 02121.001633/2019-11).

PORTARIA MDHC Nº 209, DE 1º DE ABRIL DE 2024. Institui a Comissão Eleitoral do Processo de Chamamento Público para eleição de organizações da sociedade civil e movimentos sociais com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos para compor o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (CONDEL) para o biênio 2024-2025.

PORTARIA MEC Nº 264, DE 1º DE ABRIL DE 2024. Institui o Programa Escola e Comunidade - Proec.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.030, DE 3 DE ABRIL DE 2024. Dispõe sobre o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais e cria a Comissão União com Municípios.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SG/PR-CNODS Nº 179, DE 4 DE ABRIL DE 2024. Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

PORTARIA MIDR Nº 1.101, DE 4 DE ABRIL DE 2024. Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.036, DE 9 DE ABRIL DE 2024. Altera o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

PORTARIA ICMBIO Nº 1.002, DE 5 DE ABRIL DE 2024. Empreendimentos de infraestrutura de utilidade pública e/ou interesse social preexistentes à criação das Unidades de Conservação federais.

52 ATOS ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

DECRETOS **11**

RESOLUÇÕES **03**

INSTRUÇÕES NORMATIVAS **03**

LEIS **02**

PORTARIAS **33**

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

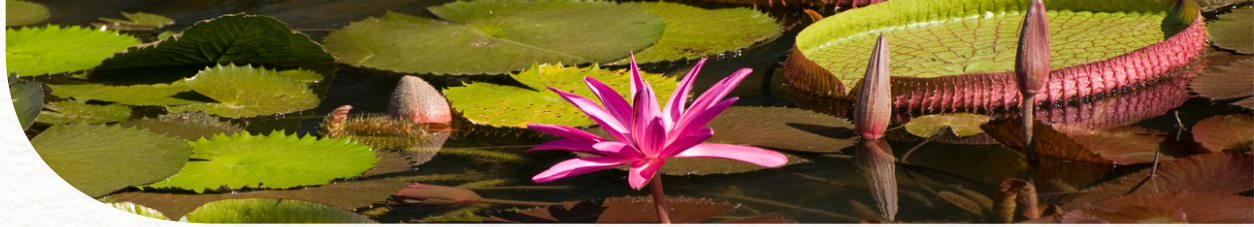
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.407, DE 8 DE MARÇO DE 2024. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Praia do Pedral, no Município de São Félix do Xingu.

LEI Nº 10.429, DE 25 DE MARÇO DE 2024. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual de Combate à Violência contra a Menina e Mulher com Deficiência.

LEI Nº 10.436, DE 25 DE MARÇO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Pescadores Artesanais, Aquicultores e Trabalhadores da Agricultura Familiar do Município de Nova Ipixuna (SINDIPAMN).

DECRETO Nº 3.792, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta para viagem nacional ou internacional.

DECRETO Nº 3.793, DE 22 DE MARÇO DE 2024. Homologa o Decreto nº 57, de 06 de março de 2024, editado pela Prefeita Municipal de Ulianópolis, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas daquele Município.

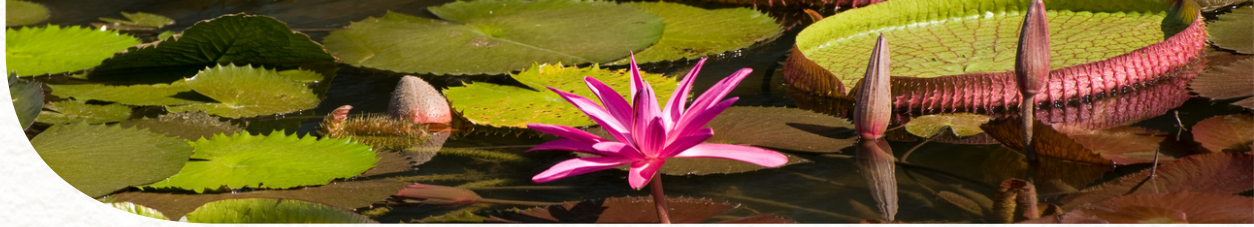
DECRETO Nº. 3.799, DE 25 DE MARÇO DE 2024. Disciplina o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.804, DE 27 DE MARÇO DE 2024. Altera o Decreto Estadual nº 2.121, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito do Estado do Pará; e o Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, e estabelece a Política Estadual de Compras e Contratação.

DECRETO Nº 3.805, DE 27 DE MARÇO DE 2024. Homologa o Decreto Municipal nº 517/2024, de 04 de março de 2024, editado pelo Prefeito Municipal de Pacajá, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.812, DE 1º DE ABRIL DE 2024. Altera o Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022, que dispõe sobre delegação de atribuições aos Chefes da Casa Civil e da Casa Militar, aos Secretários de Estado e aos Dirigentes das Autarquias e Fundações Públicas; autorização aos Secretários de Estado para celebração, em nome do Estado, de contratos e instrumentos congêneres.

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.813, DE 1º DE ABRIL DE 2024. Regulamenta a gestão e a fiscalização de contratos administrativos e disciplina o procedimento de responsabilização por inexecução contratual no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Pará.

DECRETO Nº 3.818, DE 2 DE ABRIL DE 2024. Altera o Decreto Estadual 3.606, de 20 de dezembro de 2023, que institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

DECRETO DE 2 DE ABRIL DE 2024. Designa representantes para integrar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

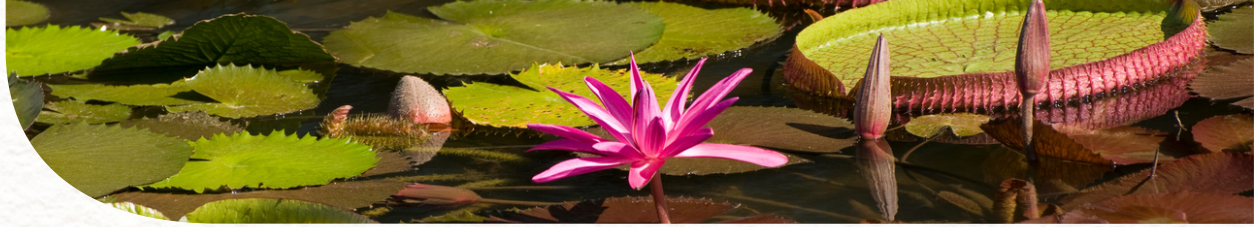
DECRETO Nº 3.835, DE 9 DE ABRIL DE 2024. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020, que instituiu a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA).

INSTRUÇÃO NORMATIVA IDEFLOR-Bio Nº 03, DE 21 DE MARÇO DE 2024. Estabelece os parâmetros do regime econômico-financeiro dos editais e dos contratos de concessão florestal estadual, define o potencial volumétrico de referência, regulamenta os procedimentos para a cobrança dos preços dos produtos florestais, parcelamento de débitos, atualização de preços e define procedimentos para unificação de preços de contratos em andamento e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IDEFLOR-Bio Nº 04, DE 27 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para a prestação do serviço Voluntário em Programas e Projetos do Ideflor-bio.

PORTARIA IDEFLOR-Bio Nº. 205 DE 28 DE MARÇO DE 2024. Estabelece o processo de eleição dos membros do Conselho Gestor do REVIS Rios São Benedito e Azul, que será regido por este Edital e coordenado pela Diretoria de Gestão e monitoramento de Unidades de Conservação – DGMUC, através da Gerência da Região Administrativa do Xingu, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio.

NORMAS ESTADUAIS



16 ATOS NORMATIVOS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO Nº 109.825 - PMB, DE 11 DE MARÇO DE 2024. Institui o Comitê Integrado para Gestão de Resíduos Sólidos e Economia Circular.

01 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

DECRETOS

01

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

PORTARIA GM/MMA Nº 1.016, DE 18 DE MARÇO DE 2024

Convoca a V Conferência Nacional do Meio Ambiente e Mudança do Clima - V CNMA.

QUAL O PERÍODO A SER REALIZADA A CONFERÊNCIA?

A Conferência acontecerá no período de 10 a 30 de dezembro de 2024, em Brasília, Distrito Federal.

QUAL O TEMA DA CONFERÊNCIA?

A Conferência terá como tema "Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica" e como objetivo geral "Promover o debate sobre a Emergência Climática para subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima".



DA PRESIDÊNCIA E COORDENAÇÃO

A Conferência será presidida pela Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Fazem parte da Coordenação Executiva Nacional - CEN da V Conferência Nacional do Meio Ambiente e Mudança do Clima - V CNMA: o Gabinete da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a Secretaria-Executiva do Ministério e a Secretaria Nacional de Mudança do Clima.

DO REGIMENTO INTERNO

O Regimento Interno será aprovado pela Comissão Organizadora Nacional - CON e editado por Portaria da Ministra de Estado de Meio Ambiente e Mudança do Clima.



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 3.792, DE 22 DE MARÇO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta para viagem nacional ou internacional.

A QUEM APLICA-SE O DECRETO ?

Aplica-se o disposto neste Decreto às empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.

PARA FINS DO DECRETO, É IMPORTANTE CONSIDERAR AS SEGUINTES NOMENCLATURAS:

Acompanhante; agente público; diária; localidade diversa; missão oficial; e missão de estudos.

COMO SERÃO CONCEDIDAS AS DIÁRIAS ?

- Ao agente público que, em missão oficial ou de estudos, afastar-se temporariamente da sede em que esteja lotado em viagem nacional ou internacional;
- Será paga por dia de afastamento da sede, desde que não incidam nas hipóteses de vedação previstas no art. 9º deste Decreto, podendo ser pagas integralmente ou na metade do seu valor.

A NORMA POSSUI EM ANEXO, TABELA COM OS VALORES DAS DIÁRIAS E MODELOS A SEREM PREENCHIDOS DE: REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS, ; ACOMPANHANTE DE SERVIDOR E COLABORADOR EVENTUAL ; E RELATÓRIO DE VIAGEM

SOBRE OS VALORES DAS DIÁRIAS

Art. 6º Os valores das diárias para viagem nacional ou internacional em missão oficial ou de estudos será determinado segundo as tabelas constantes do Anexo I deste Decreto.

EM QUE CASOS AS DIÁRIAS NÃO SERÃO DEVIDAS?

I - Quando não houver pernoite e o deslocamento for inferior a 6 (seis) horas, mesmo fora do perímetro urbano do local de trabalho do agente público;
II - Quando o deslocamento do agente público constituir exigência permanente do cargo, emprego ou função;
III - Ao agente público nomeado ou designado para servir no exterior;
IV - Com a finalidade de remunerar outros serviços ou encargos, sob pena de responsabilidade; e/ou
V - Quando as despesas com alimentação, hospedagem ou permanência, estiverem como descrito nas alineas a), b), e c).

Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 3.835, DE 9 DE ABRIL DE 2024

Regulamenta a Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020, que instituiu a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA).

A QUEM APLICA-SE O DECRETO ?

O Decreto aplica-se aos quarenta e sete municípios abrangidos pela Zona Costeira Paraense, cujos limites são definidos consoante critérios estabelecidos na legislação vigente.

O QUE FUNDAMENTA A GESTÃO DA ZONA COSTEIRA?

Dentre os princípios fundamentais para a gestão da zona costeira paraense, destacam-se:

- I - a utilização sustentável dos recursos ambientais na zona costeira paraense em observância aos critérios previstos em legislação federal, estadual e municipal; e
- III - o fortalecimento das áreas marcadas por atividades socioeconômicoculturais de características costeiras e sua área de influência, em função dos efeitos dessas atividades sobre a conformação do território costeiro.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DESTA POLÍTICA AMBIENTAL?

O art.6° do Decreto estabalece vinte e cinco objetivos centrais e adjacentes à gestão da zona costeira paraense, dentre os quais, destacam-se:

- I - estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental, com vistas a garantir a qualidade ambiental dos recursos hídricos, do subsolo e do solo, dos ecossistemas associados, a preservação e conservação da biodiversidade;
- II - assegurar a produtividade dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ecossistêmicos; e
- III - garantir a proteção de ecossistemas frágeis, áreas prioritárias de preservação, conservação e reprodução da biodiversidade, sumidouros de carbono e zonas de recargas de aquíferos.

SÃO INSTRUMENTOS DA ZONAS COSTEIRAS PARAENSE , ESTABELECIDOS NO ART. 7º :

I - Plano de Capacitação e Difusão de Conhecimentos sobre a Zona Costeira (PCZC);
II - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC);
III - Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro (PMGC);
IV - Plano de Gestão Integrada da Orla do Estado do Pará (PGI);
V - Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO);
VI - Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA-ZC);
VII - Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC);
VIII - Sistema de Avaliação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (SAGC); e
IX - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC).

Em caso de empreendimentos ou atividades incidentes na zona costeira paraense, que necessitem de licenciamento ambiental, deverão os órgãos ambientais competentes observar este Decreto e demais normas pertinentes (art. 39) .

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

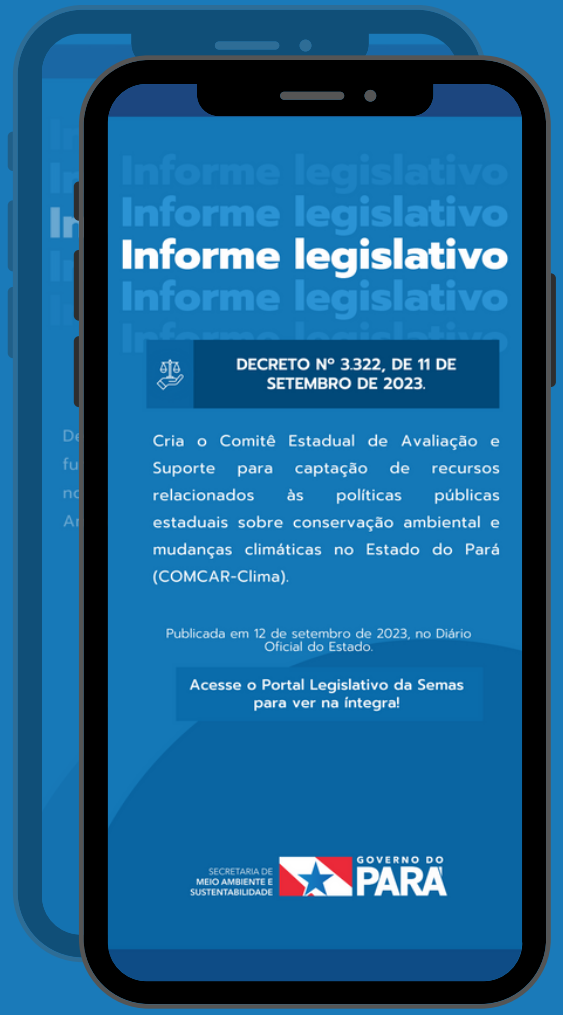


PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.



DECRETO Nº 3.835, DE 9 DE ABRIL DE 2024

Regulamenta a Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020, que instituiu a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA).

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



INSCRIÇÕES PARA O CONGRESSO JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS. PARA ACESSAR CLIQUE AQUI!

XXI CONGRESSO BRASILEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE

Amazônia e Mudanças Climáticas:
Uma atuação socioambiental estratégica e integrada

A ABRAMPA realiza, em parceria com o Ministério Público do Estado do Pará, a 22ª edição do Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024, na cidade de Belém (PA).

Com o tema "Amazônia e Mudanças Climáticas: Uma atuação socioambiental estratégica e integrada", o evento busca identificar oportunidades para que diversos setores contribuam com a proteção da Amazônia, a redução das mudanças climáticas e o combate a outros ilícitos ambientais, além de fortalecer a integração e resolutividade na atuação do Ministério Público, inclusive de forma preventiva, e fomentar ações estratégicas com base em boas práticas já implementadas.

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO: INOVAÇÕES E PERSPECTIVAS

Com o objetivo de contribuir para o debate do Direito Ambiental na região amazônica, este livro é resultado das pesquisas discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação e dos Grupos de Pesquisa do Centro Universitário do Pará CESUPA, e de professores convidados do Curso de Especialização em Direito Ambiental do CESUPA em parceria com a Escola Superior de Advocacia ESA, de diversas instituições nacionais e estrangeiras. A obra apresenta a pesquisa do tema sob a perspectiva de fundamentos do direito socioambiental e de desafios do direito agroambiental.

Coordenadores: Luciana Costa da Fonseca e Luiz Antônio Monteiro de Brito

CONFIRA AQUI!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Visando a COP 30, governador discute parcerias com Universidade da Flórida, nos EUA

Além das parcerias, o governador também tratou sobre ações de fomento à bioeconomia, com trocas de conhecimento e incremento ao setor de serviços no Pará a partir de capacitações, visando a COP em Belém.

Em Miami, nos Estados Unidos, o governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, participou de uma reunião com o presidente da Universidade Internacional da Flórida (FIU, na sigla em inglês), Kenneth Jessel. E já no seu primeiro dia de agenda no país, que inclui a participação em uma conferência na Universidade de Harvard, em Boston, Helder discutiu parcerias entre a FIU e a Universidade do Estado do Pará (UEPA), além de ações de fomento à bioeconomia, com trocas de conhecimento e incremento ao setor de serviços no Pará a partir de capacitações, visando a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), marcada para novembro de 2025, em Belém, capital do Estado.

Com a reunião tivemos dois objetivos principais: O primeiro foi conhecer a instituição para verificar de que forma ela pode ajudar na capacitação das pessoas no Pará para a COP 30, voltada principalmente para a questão do idioma e para o setor de serviços de forma geral, incluindo hotéis e restaurantes. Além de tudo isso, o segundo objetivo foi estabelecer uma parceria com a universidade pensando em um legado, e em como a troca de experiências entre a UEPA e a Universidade da Flórida pode colaborar para isso.



Fonte: ASCOM/SEMAS

Clique aqui e confira a matéria na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br